

Mensalidades escolares sobem 32% em janeiro

O reajuste das mensalidades escolares continua sendo motivo de discórdia entre os ministérios da Fazenda e da Educação, mas já se sabe que em janeiro os pais pagarão no mínimo 32 por cento a mais que em dezembro para manter seu filho em uma escola particular. O ministro da Educação, Carlos Sant'Anna, defende um critério de reajuste das mensalidades semelhante ao que corrigirá os salários dos trabalhadores, ou seja, a URP de janeiro mais o índice de correção salarial de fevereiro, consequência do cálculo da média salarial real de 1988. A mensalidade em Brasília deve ficar congelada, ou até mesmo ser reduzida.

Por este critério, levando-se em conta o reajuste dos professores, o aumento das mensalidades acumulado daria no mínimo 32 por cento, sendo 26,05 por cento da URP e 4,72 por cento referentes ao alinhamento de salários em fevereiro. No máximo, o reajuste seria de 38 por cento, que é o resultado do

acumulado da URP mais o aumento máximo dos professores, previsto em 9,48 por cento.

O Ministério da Fazenda, no entanto, está mais propenso a aceitar os cálculos das escolas particulares, que reivindicam, além destes índices, a cobertura de uma defasagem de 9,68 por cento referente à diferença entre o IPC, que mede a inflação oficial, e a URP, que reajustou as mensalidades entre abril e dezembro do ano passado, além do aumento dos encargos trabalhistas com a nova Constituição. Com a concessão deste índice, o reajuste total ficaria em cerca de 52 por cento.

Carlos Sant'Anna afirma que a definição de um critério igual para reajustar as mensalidades e os salários será lógico e fácil de explicar aos pais e alunos. Difícil será justificar um aumento superior ao dos salários, por isso considerou inaceitável a proposta encaminhada ontem pelo Ministério da Fazenda.

O ministro também ficou sensibilizado com o argumento ouvido na última segunda-feira do presidente da Associação Intermunicipal de Pais e Alunos de São Paulo, Antônio Carlos Alves de Araújo.

O documento entregue a Carlos Sant'Anna afirma que as escolas não possuem defasagens em seus custos, pois em 1987 e 1988 tiveram alguns meses de liberdade vigiada, quando reajustaram livremente seus preços. Segundo o ministro, esta liberdade sequer foi vigiada.

E nas escolas em que houve aumentos abusivos, os preços foram mantidos, segundo o ministro, pois o Conselho Federal de Educação (que fiscaliza estabelecimentos de ensino superior) considerou que havia o direito adquirido e o valor cobrado entre janeiro e abril não poderia ser devolvido.

BRASÍLIA

O ministro Carlos Sant'Anna aguardou durante toda a tarde de ontem

o o secretário geral do Ministério da Fazenda, Paulo César Ximenes, para tentarem chegar a um acordo final sobre a questão, que já se arrasta a mais de uma semana. No entanto, Ximenes não compareceu ao encontro. Se prevalecer a tese da Educação, terá início a discussão sobre as mensalidades dos estados que já estão com as mensalidades fixadas de acordo com os custos reais, e que certamente ficarão acima do índice fixado pelo Governo. Nesta situação estão as escolas de Brasília, Rio Grande do Sul e parte dos estabelecimentos de São Paulo.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal, Jaime Martin Weiter, afirmou que as escolas estão com direito adquirido, pois em janeiro entraram no regime de liberdade vigiada. Se o Governo quiser reduzir estes valores, garante que se repetirão os fatos do ano passado, quando os estabelecimentos tiveram seu ponto de vista confirmado pela justiça.